BIBLIOTECA ERNANI MERO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

19

Revista do Ministério Público de Alagoas Julho / dezembro 2007



Revista do Ministério Público de Alagoas Coleção Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

Promotor de Justica / Diretor do CEFAF

STELA VALÉRIA DE FARIAS CAVALCANTI

Promotora de Justica / Secretária Executiva do CEFAF VICENTE PORCIÚNCULA

Promotor de Justica / Secretário de Planejamento do CEFAF

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justiça

KARLA PADILHA REBELO MARQUES

Promotora de Justiça

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justica

Dilmar Lopes Camerino

Procurador-Geral de Justiça Substituto

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral do Ministério Público

Ubirajara Ramos dos Santos

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa: João Luiz Maia Fotos: Siloé Amorim

Antonio Carlos Marques da Silva Projeto Editorial:

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central - Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de Ciências Jurídicas - CJUR.- N. 19 (JUL./DEZ. 2007) -.-

Maceió: MPEAL: UFAL/CJUR

1999-

n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Coaracy José Oliveira da Fonseca Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos Eduardo Barros Malheiros Luciano Chagas da Silva Luiz Barbosa Carnaúba Carlos Alberto Torres Francisco José Sarmento de Azevedo Geraldo Magela Barbosa Pirauá Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Walber José Valente de Lima Lean Antônio Ferreira de Araújo Antiógenes Marques de Lira Arnoldo Petrúcio Chagas **Dilmar Lopes Camerino Dennis Lima Calheiros** Vicente Felix Correia Artran de Pereira Monte



Sumário

•	Apresentação	9
PARTE I	Doutrina	11
•	HOMOAFETIVIDADE: TOLERÂNCIA OU RESPEITO? A SOCIEDADE PLURALISTA DE NOSSOS TEMPOS E A BUSCA POR UM DIREITO INCLUSIVO Adriana Maria de Vasconcelos Feijó	13
	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FENÔMENOS DO TERRORISMO E DO CRIME ORGANIZADO Ana Luiza Almeida Ferro	45
	NORMA JURÍDICA PENAL: APONTAMENTOS A PARTIR DO PENSAMENTO DE LOURIVAL VILANOVA Beclaute Oliveira Silva	63
•	CRÍTICAS E ALTERNATIVAS À PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS Isis Mélo da Silva	83
	ABORDAGEM PENAL DA LEI ANTIDROGAS: . QUESTÕES CONTROVERTIDAS Luiza Maria de Albuquerque Acioly Valter José de Omena Acioly	103
	ALIMENTOS: SALÁRIO MÍNIMO <i>VERSUS</i> IGP-M Maria Berenice Dias	115
	LINGUAGEM, INTERPRETAÇÃO E DECISÃO JUDICIAL Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar	129
	A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES DO PROCESSO CIVIL	447
	Vanessa Tenório Maranhão	147
·	O DEVIDO PROCESSO LEGAL, SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E POSIÇÃO JURÍDICA NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL. A CRISE DA APLICAÇÃO NORMATIVA ANTE UM PROCESSO PENAL MERAMENTE SIMBÓLICO.	
	Welton Roberto	167

PARTE II	Prática Forense	173
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPT E MPE - ATUAÇÃO CONJUNTA (ORLA LAGUNAR)	
	Alexandra Beurlen, Cláudio José Brandão Sá, Luiz Medeiros de A. Filho, Micheline L. Tenório Silveira dos Anjos, Ubirajara Ramos dos Santos, Virgínia de Araújo Gonçalves Ferreira	175
	SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA	
	Fábio José Bittencourt Araújo	225
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE LIMINAR - INTERDIÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL (PENEDO)	
	José Carlos S. Castro	239
	AÇÃO CIVIL POR ATOS DE IMPROBIDADE — ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
	Cláudio Pereira Pinheiro, Karla Padilha Rebelo Marques, Marluce Falcão de Oliveira, Givaldo de Barros Lessa, Marcos Antonio Omena Farias Junior	259
	DENÚNCIA E PARECER EM PRISÃO PREVENTIVA - HOMICÍDIO QUALIFICADO	
	José Alves de Oliveira Neto	289
	DENÚNCIA E PARECER EM PRISÃO PREVENTIVA — HOMICÍDIO QUALIFICADO	
	José Alves de Oliveira Neto	295
	PARECER EM MANDADO DE SEGURANÇA - CASSAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	
	José Carlos S. Castro	301
	PARECER EM INQUÉRITO POLICIAL DE HOMICÍDIO CULPOSO - PEDIDO DE ARQUIVAMENTO	
	José Alves de Oliveira Neto	309
	PARECER EM HABEAS CORPUS PREVENTIVO - SIGILO BANCÁRIO	
	Karla Padilha Rebelo Marques, Marluce Falcão de Oliveira, Givaldo de Barros Lessa, Marcos Antônio Omena Farias Júnior	313

APRESENTAÇÃO

O crescimento e a consolidação do Ministério Público como uma Instituição perene e democrática, passa, necessariamente, pelo aperfeiçoamento dos seus agentes.

Com este pensamento, realizamos, desde o início de nossa gestão, com o apoio do Cefaf, agora Escola Superior do Ministério Público, cursos, palestras e seminários, abordando temas relevantes e atuais, bem como publicamos o Cefaf em Ação e a Revista do Ministério Público voltados à informação, qualificação dos agentes ministeriais e servidores do *Parquet*.

É com grande satisfação que apresentamos a Revista n. 19 do Ministério Público de Alagoas. Este número aborda vários temas atuais como: a Lei antidrogas; a efetividade do acesso à justiça; os fenômenos do terrorismo e do crime organizado; críticas e alternativas à prisão civil do devedor de alimentos; homoafetividade, entre outros.

Levar adiante uma publicação de caráter técnico e científico não é tarefa fácil. Desde as primeiras análises dos textos até a arte final, há um sem-número de desafios, por vezes demasiadamente complexos. Nessa empreitada foi de fundamental importância contar com a colaboração dos colegas que enviaram artigos, pareceres e petições, aproveitando este espaço para a divulgação de informações relevantes a todos os integrantes das carreiras jurídicas, em especial para os próprios membros do Ministério Público.

Aproveitando o momento, gostaríamos de agradecer e parabenizar, em nome do Ministério Público de Alagoas, a todos os profissionais do Direito que participaram da elaboração desta Revista n. 19, que nos brindaram com trabalhos de excelência científica, na certeza de contar com sua colaboração em outras oportunidades.

Esperamos que o llustre colega desfrute uma leitura agradável e possa enriquecer ainda mais os seus conhecimentos sobre os temas abordados nesta Revista, utilizando-os na prática de suas atribuições.

Maceió, janeiro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA Procurador-Geral de Justica